



ACÓRDÃO Nº 346/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1624/2015.

Apensos: Processo nº 4337/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Responsável: Zanele Rocha Teixeira (Ordenador de Despesa).

4- Órgão: Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas.

5- Exercício: 2014.

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAD.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 725 /2017-MPC-JBS, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas da **Sra. Zanele Rocha Teixeira**, responsável pela Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas, no curso do exercício de 2014, nos termos do art. 71, II, da CF/1988, art. 40, II, da CE/1989, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I, art. 22, III, “b”, “c” e “d” e art. 25 da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 11, III, “a”, “3” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa à Sra. Zanele Rocha Teixeira, no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, III, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, V da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012), diante das impropriedades constantes nos itens 10 e 11 do Relatório Técnico da DICAD (DICAD/AM à época), por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificado dano ao erário.



ACÓRDÃO Nº 346/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa à Sra. Zanele Rocha Teixeira**, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012), diante das impropriedades constantes nos itens 12, 13, 14 e 15 do Relatório Técnico da DICAD (DICAD/AM à época), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Recomendar** à Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas que:

- 10.4.1.** Que a administração implemente e aplique rotinas administrativas de forma a exigir periodicamente a declaração de parentesco, não somente no ato da posse, visando inibir o aparecimento de novos casos com desatenção das regras contidas na súmula vinculante 13 – STF, como também eximir o gestor de possível responsabilização pela entrega de declaração inidônea;
- 10.4.2.** Promova o efetivo cumprimento dos requisitos constitucionais referentes à exigência de qualificação para desempenho das funções/cargos comissionados no âmbito do Estado (Art. 109, XXIV, da CE/89);
- 10.4.3.** Regule mediante fixação, em lei, os casos, condições e percentual mínimo para assunção de cargos comissionados (Art. 109, VII, da CE/89);
- 10.4.4.** Que a administração implemente e aplique rotinas administrativas de forma a exigir periodicamente a



ACÓRDÃO Nº 346/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

declaração de parentesco, a declaração de bens e rendas, a declaração de acumulação de cargos públicos, bem assim, todas as outras de exigência obrigatória;

- 10.4.5.** Que a administração atual adote as devidas providências no sentido de promover os ajustes necessários nas ações de pessoal, conforme orientação desta Comissão de Inspeção, para que possa realizar, na brevidade que a situação requer, considerando tratar-se de situação que perdura, pelo menos, desde a criação da Ouvidoria Geral, certame público com vistas a dar cumprimento à regra constitucional do concurso público (art. 37, II, CF/88);
- 10.4.6.** Dê início ao levantamento necessário à realização de concurso público com vistas a prover os cargos efetivos criados desde 2010 e nunca providos por servidores concursados;
- 10.4.7.** Oriente e informe ao atual gestor que as recomendações são dirigidas à entidade de forma que independentemente do dirigente que esteja administrando a entidade, a regularização de tal situação deve ser providenciada.

11- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Maio de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral